

CONFRARIA DE SANTO ANTÓNIO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

Contribuinte : 500801320

Moeda : EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.477.722,73	4.350.315,84
Bens do património histórico e cultural	5	5.509,02	5.509,02
Ativos intangíveis	6	16.795,92	15.553,35
Investimentos financeiros	13.1	212.542,81	204.108,47
		5.712.570,48	4.575.486,68
Ativo corrente			
Inventários	8	3.388,00	3.388,00
Créditos a receber	13.2	34.590,62	12.540,00
Estado e outros entes públicos	13.8	4.142,86	15.123,57
Diferimentos	13.4	10.165,65	21.456,17
Outros ativos correntes	13.3	50.000,00	73.045,05
Caixa e depósitos bancários	13.5	109.009,95	98.714,91
		211.297,08	224.267,70
Total do ativo		5.923.867,56	4.799.754,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	272.637,66	272.637,66
Reservas	13.6	530.888,18	530.888,18
Resultados transitados	13.6	4.387.104,68	2.073.934,55
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	238.642,93	251.209,96
		5.429.273,45	3.128.670,35
Resultado líquido do período	DR	-42.819,09	1.102.690,38
Total dos fundos patrimoniais		5.386.454,36	4.231.360,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	5.699,28	0,00
		5.699,28	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	7.478,91	60.179,67
Estado e outros entes públicos	13.8	11.699,20	13.885,29
Financiamentos obtidos	7	305.788,09	300.000,00
Diferimentos	13.4	33.851,00	0,00
Outros passivos correntes	13.2/13.9	172.896,72	194.328,75
		531.713,92	568.393,65
Total do passivo		537.413,20	568.393,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.923.867,56	4.799.754,38

A Direção

Argemiro Marques Cordoso Rocha
Argemiro Marques Cordoso Rocha

A Contabilista Certificada

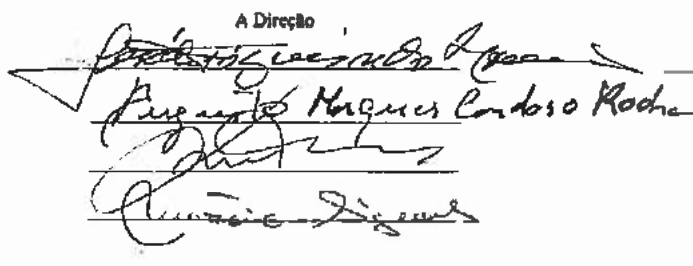
Paula José dos Santos

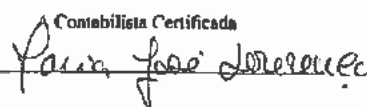
CONFRARIA DE SANTO ANTÓNIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTRIBUINTE: 500801320

MOEDA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	900,00	1.737,00
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	63.266,63	61.535,18
Centro Distrital de Segurança Social	10 13.10	548.210,41	541.098,75
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	52.437,59	78.912,35
Fornecimentos e serviços externos	13.11	262.773,09	316.233,90
Gastos com o pessoal	11	585.946,99	704.659,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reverbes)	13.2	5.200,00	6.000,00
Aumentos/reduções de justo valor	13.3	0,00	-297,41
Outros rendimentos e ganhos	13.12	502.421,92	1.869.154,44
Outros gastos e perdas	13.13	81.113,95	122.947,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		127.327,34	1.245.069,16
Gastos/reverbes de depreciação e de amortização	5 / 6	160.311,82	135.042,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-32.984,48	1.110.026,21
Juros e rendimentos similares obtidos	9 / 13.14	0,00	463,42
Juros e gastos similares suportados	13.14	9.834,61	7.799,25
Resultados antes de impostos		-42.819,09	1.102.690,38
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-42.819,09	1.102.690,38

A Direção

 Augusto Marques Cardoso Rocha

Contabilista Certificada

 Paula José Lourenço

CONFRARIA DE SANTO ANTONIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTRIBUINTE 500801320
 MOEDA: EUROS

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Uíentes		402.043,82	31.433,99
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		2.551,10	4.328,47
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		372.020,00	286.524,71
Pagamentos ao pessoal		592.030,54	727.029,95
Caixa gerada pelas operações		-564.557,82	-986.449,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		495.568,22	821.136,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-68.989,60	-165.312,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	135.770,82
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	453,12
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		80.000,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2.872,28	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	328,85
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		82.872,28	-135.895,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	470.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	270.000,00
Juros e gastos similares		3.587,64	7.793,81
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-3.587,64	192.206,19
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.295,04	-109.001,18
Caixa e seus equivalentes no início do período		98.714,91	207.716,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		109.009,95	98.714,91

A Direção

A Contabilista Certificada

Augusto Marques Cardoso Rocha

Faustina José Lourenço

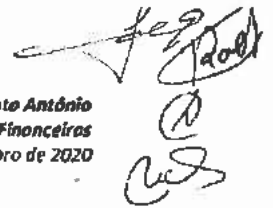
CONFRARIA DE SANTO ANTÓNIO

Anexo

31 de dezembro de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis	16
7	Custos de Empréstimos Obtidos	17
8	Inventários	17
9	Rédito	18
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
11	Benefícios dos empregados	19
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
13	Outras Informações.....	20
13.1	Investimentos Financeiros	20
13.2	Créditos a Receber	20
13.3	Outros ativos correntes.....	21
13.4	Diferimentos	21
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	22
13.6	Fundos Patrimoniais.....	22
13.7	Fornecedores	22
13.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
13.9	Outros Passivos Correntes	23
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	24
13.11	Fornecimentos e serviços externos.....	24
13.12	Outros rendimentos.....	25
13.13	Outros gastos	26
13.14	Resultados Financeiros.....	26
13.15	Acontecimentos após data de Balanço	26



1 Identificação da Entidade

A Confraria de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos, nos termos do nº 1 do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, com registo definitivo na Direção Geral de Segurança Social sob o nº 8/84, fls 89 vs do Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social em 28/08/1984.

A sua sede situa no Largo Mouzinho de Albuquerque em Viseu. Esta Entidade tem como fins:

- Promover o culto na Igreja de Santo António;
- Procurar o aperfeiçoamento da vida cristã dos Irmãos;
- Proporcionar alojamento, orientação educativa, meios de trabalho e ensino a jovens, que se encontrando-se em situação de carência moral ou sociofamiliar, necessitem de especial apoio em ordem à sua integral promoção e reintegração; e,
- Sufragar as almas dos irmãos falecidos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 96/2015 de 9 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 215/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 82592/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente

do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

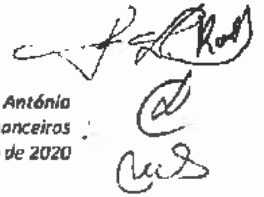
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e,
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento biológico	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

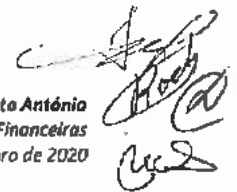
Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo e de acordo com a vida útil estimada, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta. De acordo com o ponto 7.5 da NCRF-ESNL, as propriedades de investimento são reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis.



Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 a 10
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade industrial	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou



- Houver um mercado ativo para este ativo, e,
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

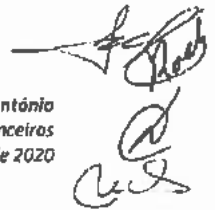
Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a conclusão e venda dos mesmos. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

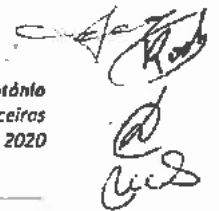
Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.



Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico e cultural

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico e cultural":

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	
Custo	4.932,91					4.932,91
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	576,11	0,00	0,00	0,00	0,00	576,11
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.509,02	0,00	0,00	0,00	0,00	5.509,02

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico e cultural":

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	
Custo	4.932,91					4.932,91
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arquivos	576,11	0,00	0,00	0,00	0,00	576,11
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.509,02	0,00	0,00	0,00	0,00	5.509,02

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	46.625,77	0,00	42.190,31	0,00	0,00	4.435,46
Edifícios e outras construções	1.176.174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176.174,00
Equipamento básico	227.788,39	3.273,20	0,00	0,00	0,00	231.061,59
Equipamento de transporte	324.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	324.854,45
Equipamento administrativo	191.422,39	0,00	0,00	0,00	0,00	191.422,39
Outros Ativos fixos tangíveis	12.611,71	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611,71
Ativos Fixos tangíveis em curso	49.698,15	82.010,25	0,00	0,00	0,00	131.708,40
Total	2.029.174,86	85.283,45	42.190,31	0,00	0,00	2.072.268,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	42.190,31	0,00	42.190,31	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	681.620,75	40.223,45	0,00	0,00	0,00	721.844,20
Equipamento básico	215.218,75	4.240,20	0,00	0,00	0,00	219.458,95
Equipamento de transporte	308.982,28	3.968,04	0,00	0,00	0,00	312.950,32
Equipamento administrativo	182.843,74	2.994,60	0,00	0,00	0,00	185.838,43
Outros Ativos fixos tangíveis	12.611,71	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611,71
Total	1.443.467,54	51.426,38	42.190,31	0,00	0,00	1.452.703,61

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	4.435,46	399.395,18	279,71	0,00	0,00	403.550,93
Edifícios e outras construções	1.176.174,00	391.839,75	431.699,75	0,00	0,00	1.136.314,00
Equipamento básico	231.061,59	0,00	0,00	0,00	0,00	231.061,59
Equipamento de transporte	324.854,45	0,00	24.150,00	0,00	0,00	300.704,45
Equipamento Administrativo	191.422,39	17.696,84	0,00	0,00	0,00	209.119,23
Outros Ativos fixos tangíveis	12.611,71	24.463,53	0,00	0,00	0,00	37.075,24
Ativos Fixos tangíveis em curso	131.708,40	58.862,88	0,00	0,00	0,00	190.571,28
Total	2.072.268,00	892.259,18	456.129,46	0,00	0,00	2.508.396,72
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	721.844,20	39.426,25	3.188,80	0,00	0,00	758.081,65
Equipamento básico	219.458,95	4.240,20	0,00	0,00	0,00	223.699,15
Equipamento de transporte	312.950,32	3.968,04	24.150,00	0,00	0,00	292.768,36
Equipamento administrativo	185.838,43	6.794,29	0,00	0,00	0,00	192.632,72
Outros Ativos fixos tangíveis	12.611,71	4.892,71	0,00	0,00	0,00	17.504,42
Total	1.452.703,61	59.321,49	27.338,80	0,00	0,00	1.484.686,30

Dos movimentos ocorridos ao nível dos ativos fixos tangíveis no período de 2020 importa realçar os seguintes registos:

1. Em fevereiro de 2020, concretizou-se o contrato de permuta com o Instituto Politécnico de Viseu, referente às instalações da Escola Superior Agrária de Viseu. Nesta permuta a Confraria cedeu um artigo rustico (art.º 1601), um artigo urbano (art.º 2098) e um artigo urbano (art.º 265) aos quais foi atribuído na escritura o montante global de 399.395,18 euros, em troca recebeu um artigo rústico (art.º 1554) cujo valor atribuído na escritura foi de 399.395,18 euros. O artigo rústico (1601) encontrava-se registado na contabilidade pelo montante de 278,00 euros, pelo que foi desreconhecido, mas, os artigos urbanos n.º 2098 e n.º 265 não se encontravam registados contabilisticamente. Para regularização destes artigos urbanos a Instituição procedeu ao reconhecimento dos mesmos pelo montante registado na escritura (391.839,75 euros) por contrapartida da conta 56 – Resultados transitados para que a permuta fosse registada corretamente na contabilidade;
2. A Confraria detinha 50% da propriedade designada por “Casa Ferreira de Aves”, sendo a outra metade propriedade da Associação Viseense de Santa Teresinha, IPSS. Em novembro de 2020 a Confraria alienou a sua parte à Associação Viseense de Santa Teresinha pela quantia de 80.000,00 euros (7.500,00 euros referentes ao recheio e o remanescente ao edifício);

Tendo em conta os pontos 1 e 2 os montantes inscritos na coluna abates/alienações descrevem-se da seguinte forma:

- Desreconhecimento dos artigos urbanos n.º 2098 e n.º 265 por contrapartida do recebimento do terreno permutado com o IPV (art.º 1554) – 391.839,75 euros; e,
 - Alienação da propriedade de Ferreira de Aves registada na contabilidade pelo montante de 39.860,00 euros (com depreciações acumuladas de 3.188,80 euros).
3. Verificou-se a alienação do veículo da marca Opel com a matrícula 37-CH-51, pelo montante de 4.000,00 euros (a viatura já se encontrava totalmente depreciada tendo sido o valor de aquisição de 24.150,00 euros);
 4. No exercício de 2020 a Confraria adquiriu equipamentos informáticos com recurso a locação financeira com a Entidade Grenke Renting, S.A., no qual adquiriu um servidor, dois computadores, um bastidor e vários outros componentes (valor global do contrato de 17.097,84 euros, montante a ser pago em 36 rendas mensais);
 5. No que respeita às aquisições de outros ativos fixos tangíveis, o montante de 24.463,53 euros, diz respeito à aquisição e instalação da nova central de incêndio na Instituição;
 6. As obras de conservação e restauro da Igreja de Santo António, decorreram ainda durante o ano de 2020, tendo o investimento neste período importado em cerca de 58.863,00 euros. As obras

prolongaram-se mais do que o inicialmente previsto devido à crise pandémica que o mundo atravessa, no entanto, está prevista a finalização em abril de 2021.

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2019 e 2020, foram os seguintes:

Descrição	2019					
	Saldo Inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Propriedades de investimento custo de aquisição	1.871.327,45	2.309.500,00	0,00	0,00	0,00	4.180.827,45
Propriedades de investimento depreciações	-366.459,43	-83.616,54	0,00	0,00	0,00	-450.076,00
Total	1.504.868,02	2.225.883,43	0,00	0,00	0,00	3.730.751,45

Descrição	2020					
	Saldo Inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Propriedades de Investimento custo de aquisição	4.180.827,45	823.630,00	0,00	0,00	0,00	5.004.457,45
Propriedades de investimento depreciações	-450.076,00	-100.369,14	0,00	0,00	0,00	-550.445,14
Total	3.730.751,45	723.260,86	0,00	0,00	0,00	4.454.012,31

Em 2019 verificou-se o cumprimento de parte do Contrato de Permuta elaborado com a Entidade Turbinela – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda, no qual a Confraria recebeu o Lote 205 por contrapartida da cedência dos lotes 178, 179, 180, 182 e 206, tendo sido o Lote 205 reconhecido na contabilidade pelo montante de 2.309.500,00 euros.

Em 2020 estava previsto a conclusão da permuta, onde a Confraria entregaria os Lotes 188 e 189 em contrapartida do recebimento do Lote 181, mas devido a toda a situação gerada pela pandemia COVID-19 levou ao atraso na conclusão do Lote 181. Nesta data informa-se que o lote 181 já se encontra concluído e disponível para arrendamento (abril de 2021) concluindo-se assim a permuta entre a Confraria e A entidade Turbinela Lda.

De notar que em 2020 foram reconhecidos edifícios que ainda não constavam inscritos na contabilidade através do seu valor segurado (cumprindo com o preceito na NCRF-ESNL 7) por contrapartida da conta 56

– Resultados transitados. Foram reconhecidas 4 lojas, sito no Largo Mouzinho de Albuquerque, e 1 habitação, sita na Rua Direita, com a seguinte discriminação:

Descrição	Montante segurado	Natureza
Bloco B - R/Ch Dtª - Fração B - Artigo U-3012-B	157 500,00	Propriedade de investimento
Bloco B - R/Ch Esq. - Fração A - Artigo U-3012-A	157 500,00	Propriedade de investimento
Bloco A - R/Ch Dtª - Fração A - Artigo U-2898-A	157 500,00	Propriedade de investimento
Bloco A - R/Ch Esq. - Fração B - Artigo U-2898-B	157 500,00	Propriedade de investimento
Edifício Rua Direita - Artigo -U-577	188 640,00	Propriedade de investimento
	818 640,00	

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	492,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,00
Programas de Computador	2.484,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.484,14
Ativos intangíveis em curso	66.166,49	11.010,04	62.115,18	0,00	0,00	15.061,35
Total	69.142,63	11.010,04	62.115,18	0,00	0,00	18.037,49
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	2.484,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.484,14
Total	2.484,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.484,14

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Adições	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	492,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,00
Programas de Computador	2.484,14	1.863,76	0,00	0,00	0,00	4.347,90
Ativos intangíveis em curso	15.061,35	0,00	0,00	0,00	0,00	15.061,35
Total	18.037,49	1.863,76	0,00	0,00	0,00	19.901,25
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	2.484,14	621,19	0,00	0,00	0,00	3.105,33
Total	2.484,12	621,19	0,00	0,00	0,00	3.105,33

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Locações Financeiras	5.788,09	5.699,28	11.487,37	0,00	0,00	0,00
Total	305.788,09	5.699,28	311.487,37	300.000,00	0,00	300.000,00

A Confraria contralou a 31/07/2019 com a Entidade Montepio um crédito de apoio de tesouraria no montante 300.00,00 euros, como medida para a recuperação da estabilidade financeira.

Este crédito tem o prazo de 6 meses (renovável), periodicidade dos juros mensal. Para esta linha de crédito à tesouraria foi prestado como garantia a Hipoteca voluntária sobre as frações "I" – Quinta do seminário – Lote 10, e Fração "I" – Quinta do Seminário – Lote 11.

Verificou-se também no período de 2020 a realização de um contrato de locação financeira com a Entidade Grenke Renting, S.A. para aquisição de equipamento informático (ver explicação da nota 5). O contrato tem as seguintes especificidades:

- Contrato n.º: 124-13981
- Tipo de pagamento: mensal
- N.º de rendas: 36
- Valor das rendas: 389,13 euros + IVA à taxa legal em vigor
- Início contrato: janeiro 2020

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.416,61	33.435,36	40.448,38	3.388,00	29.083,48	23.354,11	3.388,00	
Total	8.416,61	33.435,36	40.118,38	3.388,00	29.083,48	23.354,11	3.388,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				78.912,35			52.437,59	

A 31.12.2020 o inventário no montante de 3.388,00 euros diz respeito a stock de DVD's que contém atuações da Banda da Instituição, este valor já se mantém desde 2019. O objetivo inicial seria a venda destes artigos com a finalidade de reverter para os utentes, no entanto ainda não se verificou a sua venda. A Confraria irá analisar qual o estado do material e proceder à sua regularização se necessário. A Confraria tenta fazer uma gestão "JIT" (*just in time*) dos bens alimentares, não havendo armazenamento durante um largo espaço de tempo (para cumprimento das normas HACCP). Verifica-se que no ano de 2020 a Instituição recebeu cerca de 23.354,00 euros (2019: 40.448,38 euros) em bens alimentares, oferta de outras Entidades (donativos em espécie).

9 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes réditos:

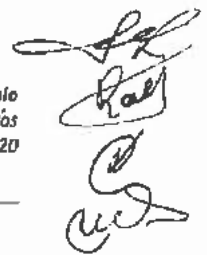
Descrição	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e joias	900,00	1.737,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	463,42
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	900,00	2.200,42

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
Subsídios à exploração	548.210,41	541.098,75
Apoios do Governo		
	0,00	0,00
Total	548.210,41	541.098,75

Verifica-se que no ano de 2020 as comparticipações recebidas pela Segurança Social referentes aos protocolos de cooperação (Lar crianças e jovens, PSERE + PROT/Vlseu) registaram 548.210,41 euros (2019: 541.098,75 euros).



11 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, no período de 2020 e 2019, não usufruíram de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 36 e em 31/12/2020 foi de 29.

Os gastos que a Entidade incorreu com os seus colaboradores foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Diretivos	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	406.052,48	542.163,19
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	77.423,91	34.156,20
Encargos sobre as Remunerações	88.484,22	115.230,35
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.423,91	11.105,23
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.562,47	2.004,42
Total	585.946,99	704.659,39

Em 2019 as ex-funcionárias do Lar de S. José, promoveram a abertura de um processo judicial contra a Confraria, devido ao facto de que a Direção não reconhecia que os funcionários pertencessem aos seus quadros, mas sim à Segurança Social, de quem recebeu, aquando da celebração do acordo de gestão. Durante o ano de 2020 ficou encerrado parte do processo de indemnizações que se encontrava em contencioso. Após celebração de um acordo entre as partes a Confraria ficou responsável pelo pagamento de 78.227,45 euros dividido em 3 tranches (pagamento em novembro e dezembro de 2020 e a última em janeiro de 2021).

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dos processos judiciais que se encontram atualmente em curso contra a Confraria, importa salientar o seguinte:

- Encontram-se pendentes duas ações de processo comum propostas pelas ex-trabalhadoras do Lar de S. José contra a Confraria e a Segurança Social, IP, do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu – Juízo do Trabalho de Viseu – Juiz 1, com julgamento marcado para 20/04/2021: Processo n.º

1613/20.0T8VIS e Processo n.º 1572/20.9T8VIS. em caso de desfecho negativo poderá resultar o pagamento por parte da Instituição de cerca de 20.000,00 euros.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros investimentos financeiros	1.906,19	1.774,35
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	210.636,62	202.334,12
Total	212.542,81	204.108,47

O montante de 1.906,19 euros (2019: 1.774,35 euros) diz respeito aos Fundos de Compensação do Trabalho (FCT).

Na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" encontra-se registados os Lotes 188, 189 e 181. Tal como explicado na nota 5, não se concretizou a entrega do lote 181, da Quinta da Alagoa, tal como se tinha previsto. Mais uma vez, o atraso da entrega por parte do Construtor, deveu-se a toda esta situação de Pandemia, com a consequente falta de colaboradores por parte do empreiteiro que refletiu no atraso da entrega da obra.

Prevê-se a regularização desta situação no decorrer do 1º semestre de 2021.

13.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	33.308,00	12.510,00
Utentes - Saldo devedor	0,00	0,00
Utentes - Saldo credor	55.648,51	52.167,62
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	14.500,00	9.300,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes imparidades		
Cientes	14.500,00	9.300,00
Utentes	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	280,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	1.282,62	30,00
Total - Saldo Devedor	34.590,52	12.540,00
Total - Saldo Credor	55.928,51	52.167,62

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade acumuladas”:

Descrição	2020	2019
Clientes	14.500,00	9.300,00
Utentes	0,00	0,00
Total	14.500,00	9.300,00

Em 2019 foram registadas perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes no montante de 6.000,00 euros. Em 2020, após várias tentativas de cobrança, registou-se o montante de 5.200,00 euros de perdas por imparidade em clientes (rendas).

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Outras operações	0,00	1.532,26
Outros Devedores	50.000,00	68.995,98
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	2.516,81
Total	50.000,00	73.045,05

No ano de 2012 realizou-se o empréstimo do montante de 100.000,00 euros à Entidade Diocese de Viseu, tendo-se verificado já a regularização de 50.000,00 euros no ano de 2019, ficando assim ainda pendente de recebimento o remanescente (50.000,00 euros). A Instituição prevê o recebimento do restante montante no decorrer do período de 2021.

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Instituição foram alienados em 24/02/2020 tendo-se registado um ganho de 355,47 euros.

13.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
	10.165,65	21.456,17
Total	10.165,65	21.456,17
Rendimentos a Reconhecer		
	33.851,00	0,00
Total	33.851,00	0,00

Os gastos a reconhecer são referentes a diferimento de seguros (2020: 2.880,90 euros; 2019: 5.485,75 euros) e ao diferimento de gastos relacionados com a remodelação da ala das Irmãs (2020: 0,00 euros; 2019: 2.934,07 euros) e com a remodelação da cozinha (2020: 6.455,35 euros; 2019: 13.036,35 euros).

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito às rendas (devido ao facto de as rendas serem faturadas antecipadamente).

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	555,16	2.171,75
Depósitos à ordem	51.078,57	27.666,94
Depósitos a prazo	57.376,22	68.876,22
Total	109.009,95	98.714,91

A Confraria detém essencialmente contas à ordem, detendo apenas uma conta a prazo, com a taxa de juro de 0,10000%.

De referir que a existe uma caução não financeira no montante de 57.200,00 euros a favor do Município de Viseu, devido ao loteamento da Quinta da Alagoa (caução comunicada pela entidade bancária BPI, n.º operação: 61593819600).

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final
Fundos	272.637,66	0,00	0,00	0,00	272.637,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	530.888,18	0,00	0,00	0,00	530.888,18
Resultados transitados	2.073.934,55	1.210.479,75	0,00	1.102.690,38	4.387.104,68
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	251.209,96	0,00	-12.567,03	0,00	238.642,93
Total	3.128.670,35	1.210.479,75	-12.567,03	1.102.690,38	5.429.273,45

Verificou-se a aplicação do resultado líquido do período de 2019 no montante de 1.102.690,38 euros em resultados transitados, aplicação aprovada em Conselho de Fiscal (Ata n.º 138 do dia 23/06/2020) e em Assembleia Geral de Irmãos (Ata n.º 102 do dia 30/06/2020).

De notar também o aumento registado em resultados transitados por via do reconhecimento de imóveis que não se encontravam registados contabilisticamente (verificar nota 5).

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	7.478,81	60.179,67
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	7.478,81	60.179,67

A Confraria adotou uma nova política de pagamento a fornecedores, tentando não ultrapassar os 30 dias. Medida que se mostrou eficaz, na medida em que verifica a diminuição de cerca de 52.700,00 euros face ao montante em dívida no final de 2019.

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	684,38	684,38
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.458,48	14.398,37
Outros Impostos e Taxas	0,00	40,82
Total	4.142,86	15.123,57
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.418,00	2.887,00
Segurança Social	9.217,65	10.998,23
Outros Impostos e Taxas	63,55	0,00
Total	11.699,20	13.885,23

13.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	26,88	0,00	38,47
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	19.019,11	0,00	3.602,37
Credores por acréscimo de gastos	0,00	77.311,68	0,00	122.248,04
Outros credores	0,00	20.610,54	0,00	338,25
Clientes e utentes	0,00	55.928,51	0,00	68.101,62
Total	0,00	172.896,72	0,00	194.328,75

Os montantes inscritos na tabela acima descrevem-se da seguinte forma:

- O montante em dívida referente a fornecedores de investimento diz respeito à Entidade Antichama (montagem e instalação da nova central de prevenção de incêndios)
- O montante em acréscimo de gastos diz respeito maioritariamente às seguintes rubricas:
 - Remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias) – 2020: 49.982,12 euros; 2019: 90.869,12 euros); e,

- Outras despesas diferidas (montante referente ao IMI) – 2020: 26.554,41 euros; 2019: 27.348,27 euros).
- O valor inscrito em outros credores diz respeito essencialmente a:
 - Ao processo 3562/19.5T8VIS, indemnizações a liquidar em 01/2021 (ver nota 11).
- O montante da rubrica clientes e utentes diz respeito aos montantes referentes ao “Abono de família de crianças e jovens” recebido pela Instituição para os seus utentes.
A Instituição irá desenvolver procedimentos com vista à localização dos jovens/crianças que já saíram da Confraria e não lhes foi restituído o respetivo Abono.

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	548.210,41	541.098,75
Subsídios de outras entidades	9.233,05	3.734,68
Doações e heranças	54.033,58	57.800,50
Legados	0,00	0,00
Total	611.477,04	602.633,93

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

De notar que o Município de Viseu tem um Protocolo estabelecido com a Confraria através do qual a Instituição recebeu 6.000,00 euros no período de 2020 (2019: 3.250,00 euros).

No que concerne à doações as mesmas repartem-se da seguinte forma:

- Doações em valor – 2020: 28.780,53 euros; 2019: 11.875,16 euros;
- Doações em espécie (bens alimentares) – 2020: 24.584,11 euros; 2019: 42.117,88 euros; e,
- Esmolas de culto – 2020: 668,94 euros; 2019: 1.703,35 euros.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	113.676,41	167.191,06
Materiais	13.664,97	21.225,61
Energia e fluidos	42.047,28	61.797,92
Deslocações, estadas e transportes	0,00	220,40
Serviços diversos	93.384,43	65.798,91
Total	262.773,09	316.233,90

Na globalidade verifica-se que os FSE da Instituição registaram um decréscimo na ordem dos 54.164,00 euros (correspondendo percentualmente a 17%) face ao período de 2019. Esta diminuição evidencia-se

nas rubricas serviços especializados (variação negativa de 55.945,06 euros), energia e fluidos (diminuição de 18.943,87 euros) e materiais (decrécimo de 7.993,12 euros).

No decorrer do ano de 2020 a Confraria conseguiu diminuir os gastos em conservação e reparação em 68.761,00 euros, os gastos com combustíveis em 15.598,51 euros e os encargos com saúde de utentes em 7.878,33 euros, em resultado da nova gestão de custos praticada.

Em contrapartida os custos com contencioso e notariado aumentaram cerca de 17.288,41 euros (maioria deste montante diz respeito aos processos referentes a indemnizações, assessoria à Direção para despedimentos, entre outros) bem como os encargos referentes a limpeza, higiene e conforto acrescido de cerca de 12.032,07 euros face a 2019 (devido às aquisições referentes a produtos de combate à pandemia, nomeadamente gel desinfetante e mascaras e à aquisição de serviços de limpeza para o Lote 205).

A diminuição de custos mencionada está também relacionada com a situação pandémica que se está a atravessar.

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	8.978,77	13.787,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	15,79	2,40
Ganhos em inventários	971,67	74,94
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6,63	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	842,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	468.741,52	1.844.514,92
Outros rendimentos	22.865,54	10.774,52
Total	502.421,92	1.869.154,44

Em 2019 registou-se o início da concretização da permuta dos Lotes da Quinta da Alagoa – reconhecimento do Lote 205 por contrapartida dos lotes 178, 179, 180, 182, 187, 206, 183, 185 e 201. Esta permuta originou um ganho na contabilidade de cerca de 1.483.574,92 euros o que influenciou os resultados do ano de 2019 e consequentemente justifica a variação negativa registada nos outros rendimentos face a 2020.

Em 2020 a rubrica "Rendimentos em investimentos não financeiros" são maioritariamente refentes a rendas provenientes da atividade de arrendamento exercida pela Instituição (em 2020: 413.837,00 euros, em 2019: 360.940,00 euros).

A rubrica outros rendimentos subdivide-se principalmente em:

- Imputação de subsídios para investimentos – 2020: 12.567,03 euros; 2019: 8.278,70 euros;
- Correções relativas a períodos anteriores – 2020: 6.986,02 euros; 2019: 0,00 euros;
- Ganhos em outros instrumentos financeiros – 2020: 1.154,05 euros; 2019 0,00;

- Outros não especificados – 2020: 2.158,44 euros; 2019: 2.495,82 euros;

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	49.792,50	103.393,25
Outros Gastos	31.321,45	19.554,73
Total	81.113,95	122.947,98

Os impostos mencionados dizem respeito a IMI (2020: 26.250,66 euros; 2019: 53.919,28 euros) e AIMI (2020: 23.541,84 euros; 2019: 24.793,19 euros). Em 2019 a Instituição registou ainda encargos com Imposto de selo (3.600,07 euros) e IMT (7.696,79 euros) e taxas (13.383,92 euros).

Os outros gastos dizem respeito maioritariamente a correções relativas a anos anteriores (2020: 26.862,87 euros; 2019: 13.225,86).

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9.834,61	7.799,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	9.834,61	7.799,25
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	463,42
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	463,42
Resultados Financeiros	-9.834,61	-7.335,83

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para além das mencionadas no ponto 12.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção.

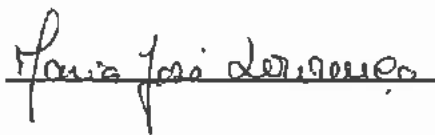
A Direção da Instituição não pode dissociar-se do problema do COVID -19 que emergiu em Portugal no mês de março de 2020. Sabemos que os diversos países ainda não avançam com as consequências económicas detalhadas resultantes da pandemia, mas estima-se que este facto possa esfriar as principais

economias mundiais o que indiretamente irá afetar o crescimento económico de Portugal quer ao nível industrial / comercial quer ao nível dos comportamentos das famílias.

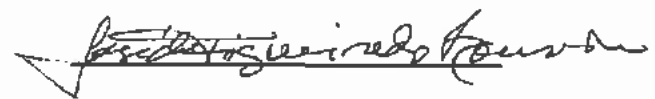
Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica e financeira.

Viseu, 09 de abril de 2021.

A Contabilista Certificada



A Direção



Augusto Marques Cardoso Rocha



Carolina Sousa
